

Rebeldias Epistemológicas: (Re)Existindo em/nas Sociedades Brasileiras entre 2018 a 2022 – palavras iniciais

O Dossiê Rebeldias Epistemológicas: (Re)existindo em/nas sociedades brasileiras entre 2018 a 2022, parte de uma premência de investigação das existências humanas nas territorialidades brasileiras - sejam elas físicas, espaciais, psíquicas, emocionais, acadêmicas, religiosas - pesquisando as composições políticas, estéticas, epistêmicas e sociais dos contextos instaurados pelo Estado nos últimos anos.

Desse modo, analisamos os impactos recentes do período reacionário e negacionista da política brasileira que ficou conhecido como (des)governo Bolsonaro sofrido entre 2018 a 2022. Tal período teve muitos impactos destrutivos nas políticas públicas para promoção da igualdade racial, de gênero, saúde, equidade social e sexual. Em oposição a isso, movimentos sociais e individuais se fizeram – como sempre – presentes, resistindo, existindo e se opondo aos desmontes produzidos.

Com o CISTema heteronormativo no poder operando as estruturas estruturantes (Almeida, 2020), nós, sujeitos, sujeitas e sujeites que desobedecemos a raça, a classe, o gênero e a sexualidade somos apagados, apagadas, apagades com silêncios institucionais, estruturais e individuais. E o rompimento desses silêncios nos alocam em uma subalternidade discursiva (Spivak, 2018) em que não somos ouvidos, ouvidas e ouvides. Causar uma fissura no CISTema vigente, ultrapassar o que eles chamam de “mimimi”, ou mesmo engendrar estratégias de fuga, pode se configurar em um lugar de rebeldia nas sociedades brasileiras, que sempre nos colocaram em estados de silenciamentos, nos rotulando de caricaturas, emudecendo nossos corpos, corpas e corpes, desumanizando-nos.

Configurar rebeldias epistemológicas significa operar nas existências e resistências ditas marginais, subalternas e perigosas, portanto, as (re)existências apresentadas aqui se farão no campo das letras, das oralidades, das vivências violentadas, das estéticas saqueadas, das epistemologias assassinadas, que darão espaço para vozes silenciadas e corporalidades apagadas.

Assim, abrimos o periódico com Jamysson Ian Lima Souza em seu texto “ Confabulações críticas em chãos conservadores: pensando os ataques às artes no Nordeste a partir de 2018” em que aborda a discussão sobre a liberdade de expressão, contrária às normas comportamentais

conservadoras, acrescida de um debate sobre a liberdade artística em meio a ascensão da extrema direita.

Em “Política e religião no governo Bolsonaro: práticas de governamentalidade e maneiras de resistência”, Osorio Vieira Borges Junior analisa as práticas de governamentalidade adotadas pelo governo Bolsonaro e examina as formas de resistências de grupos minoritários, opositores a homogeneização do espaço cultural gerado pelo entrelaçamento de valores cristãos e uma política excludente, geradora de um movimento de silenciamento de expressões artísticas diversas e plurais.

Ao que se refere aos desmontes de políticas públicas, Antonieta de Souza Ramos e Hildete Pereira dos Anjos em seu trabalho intitulado “Política pública de saúde mental: ação da biopolítica em mulheres com sofrimento mental na Amazônia oriental durante o governo Bolsonaro”, analisam a política pública de saúde mental e a formulação de estratégias de extermínio das mulheres com sofrimento mental, com enfoque no Sudeste do Pará durante o período de governo Bolsonaro.

Ainda no eixo do desmonte das políticas públicas, Alysson Vinícius Pacífico Barbosa, em seu texto “Considerações sobre a(s) tentativa(s) de desmonte da educação especial na perspectiva da educação inclusiva (2016-2022)”, tece algumas reflexões a respeito das políticas educacionais voltadas para a educação em uma perspectiva inclusiva, durante os anos de 2016 e 2022.

Que estes trabalhos possam colaborar com reflexões, debates e formulação de políticas públicas que versem sobre direitos humanos, a democratização de direitos e as liberdades de expressões, que nos permitam (re)existir a qualquer sombra de autoritarismo que assole o estado de direito.

Jardel Silva França

Universidade Federal do Acre (Ufac)

Whander Allípia Sulurico Silva

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)